

# De escravos fugitivos a senhores da terra

Ministério da Cultura concede títulos de propriedade a famílias que vivem em áreas remanescentes de quilombos

Fotos de Marizilda Cruppe

Laura Antunes

• O salinheiro aposentado Pedro Geraldo da Costa, de 74 anos, está prestes a se tornar o senhor da terra onde nasceu e seus avós viveram como escravos, há cerca de 150 anos. Com 11 filhos e dezenas de netos — perdeu a conta do número exato — Pedro mora na Praia Rasa, em Búzios, considerada uma das 38 áreas remanescentes de quilombos espalhadas pelo país, reconhecidas pelo Ministério da Cultura. O reconhecimento, ocorrido este ano, vai permitir que a família de Pedro, descendente direto de escravos, realize um sonho que parecia impossível: receber, enfim, o título de posse da terra. Até agora, 18 áreas remanescentes de quilombos foram tituladas em todo o Brasil.

— Pensei que fosse morrer sem ter o direito de ser dono desse lugar onde vivemos há tanto tempo — diz Pedro.

## Nem todas as 900 famílias da região receberão os títulos

A família de Pedro, distribuída por sete casas, ocupa um pequeno sítio na localidade de Maria Joaquina, na Rasa, onde um levantamento antropológico realizado pela Fundação Cultural Palmares (órgão do Ministério da Cultura) identificou que existiu um quilombo.

Essa identificação significou o primeiro passo para que as famílias descendentes de escravos, que ainda vivem na região, sejam consideradas proprietárias da terra. Vivem hoje cerca de 900 famílias em Maria Joaquina, segundo a associação de moradores, mas poucos serão beneficiados — há muitos retirantes nordestinos na região. Um levantamento vem sendo feito por técnicos da fundação para identificar quem são os descendentes de quilombolas.

Maria Joaquina — o nome de uma negra rezadeira que viveu na região no século passado acabou batizando a localidade — será a terceira área remanescente de quilombo beneficiada com a concessão título da terra no Rio. Um total de 371 moradores das comunidades negras de Campinho da Independência (a 20 quilômetros de Parati) e de Santana, em Quatis, já receberam os títulos.

## Quatro outras áreas serão beneficiadas no Rio

Outras quatro áreas localizadas no Rio — como as comunidades da Caveira, em São Pedro da Aldeia, e o de Santa Rita do Bracuhy, em Angra dos Reis — estão em processo de titulação.

A 15 quilômetros de centro de Búzios, Maria Joaquina é considerada uma região rural, embora a maioria dos moradores trabalhe na construção civil, em pousadas e casas de família na parte rica do balneário. Sem rede de esgoto, a re-

gião apenas este ano começou a receber água encanada. A energia elétrica chega à maioria das casas através de "gatos". Dois telefones públicos servem ao bairro e apenas quatro das 900 casas têm linha telefônica. Como Maria Joaquina fica na divida entre Cabo Frio e Búzios, as duas prefeituras, reclamam os moradores, pouco fazem em benefício da comunidade. Não há escola ou posto de saúde na região.

## Escravos trabalhavam na Fazenda Campos Novos

O levantamento da Fundação Palmares ainda não ficou pronto, mas tudo indica que além da família de Pedro outras poucas serão consideradas descendentes de escravos que trabalhavam na antiga Fazenda Campos Novos e fugiram para o alto do Morro do Cambote, onde se formou o quilombo da Rasa.

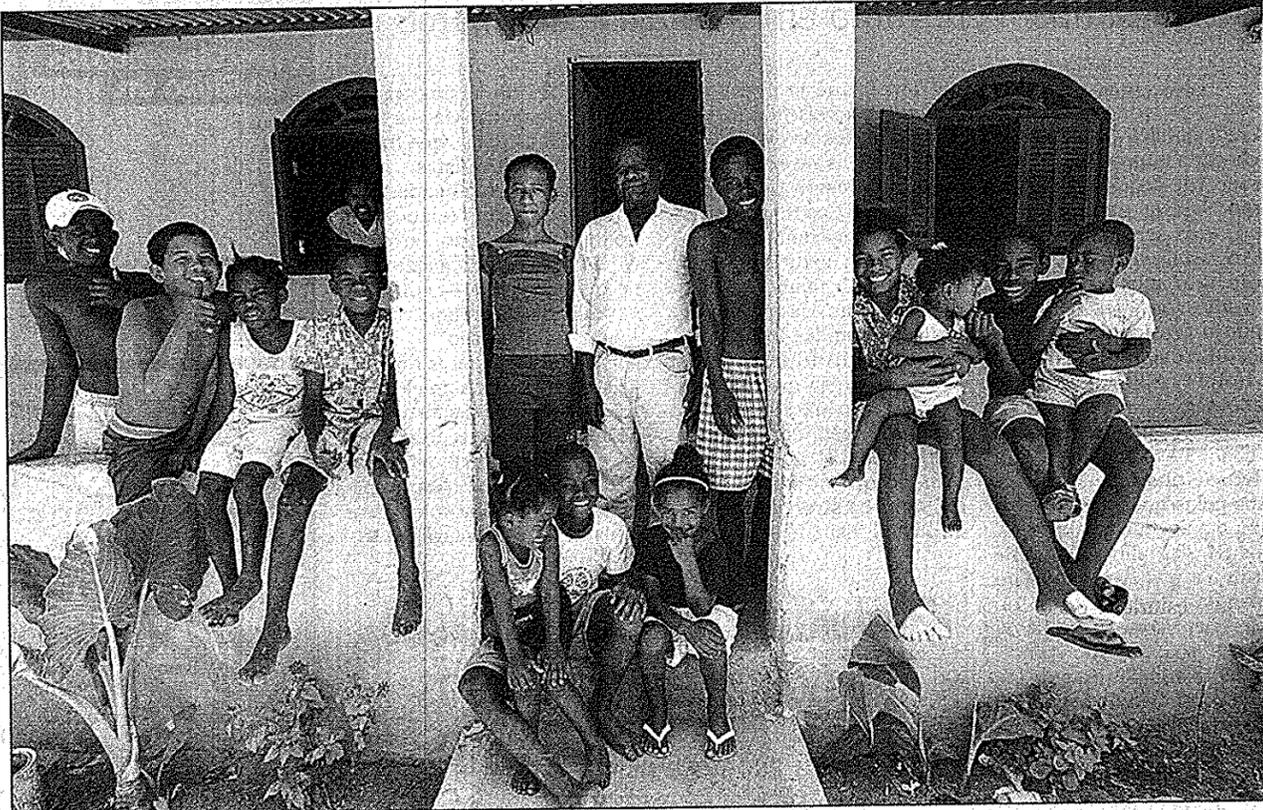
— Não cheguei a conhecer minha avó, mas meu pai contava que ela viveu no quilombo. Toda a nossa família nasceu e viveu nestas terras — conta seu Pedro, como é conhecido o mais antigo morador de Maria Joaquina.

O processo de reconhecimento de uma área remanescente de quilombo, pela Fundação Palmares, começa quase sempre com um pedido formal feito pelos moradores. A partir de então, um antropólogo vai ao local para delimitar a área. Após a publicação em Diário Oficial (o que dá o reconhecimento à área), é feito um levantamento sobre as famílias a serem beneficiadas. Segundo técnicos da fundação, quem for considerado posseiro (não descendente de quilombola) perde o direito à terra — o caminho é pleitear na Justiça indenização da União caso tenha feito alguma construção no local.

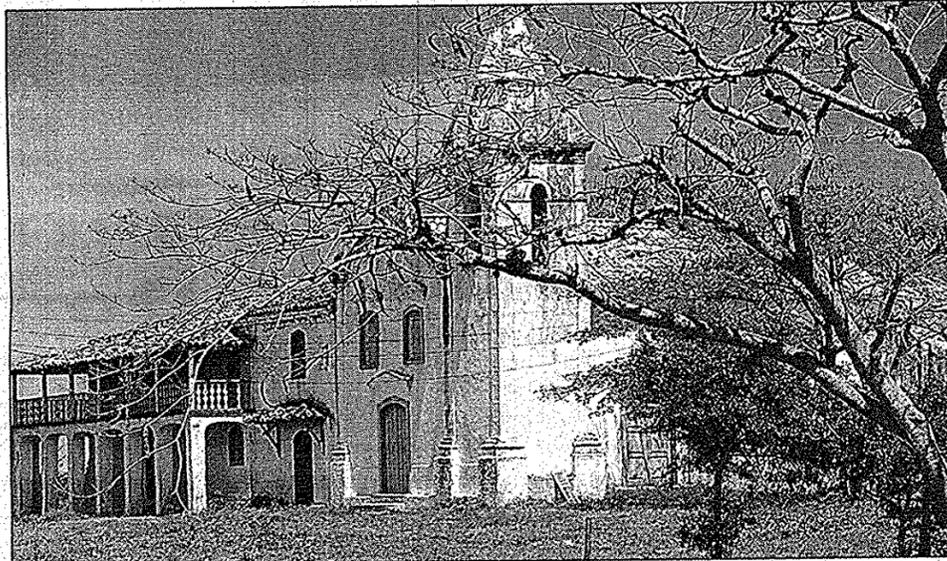
## Dois mil descendentes de escravos já receberam títulos

Nos últimos dois anos, a Fundação Palmares concedeu títulos da terra para 18 áreas remanescentes de quilombos no país — num total de 353 mil hectares —, onde vivem cerca de duas mil pessoas.

Campinho da Independência, em Parati, foi a primeira a receber os títulos de propriedade no Rio, em março do ano passado, quando 300 pessoas foram consideradas proprietárias de 287 hectares. A luta pela posse da terra começou ali há quase 30 anos. De acordo com os moradores mais velhos, a comunidade surgiu há pouco mais de 150 anos quando três escravos se instalaram nas terras. Trabalhavam na casa grande cuidando das crianças, dos cabelos das sinhás e das costuras. Com a decadência do ciclo do ouro, ganharam o direito de viver nas terras hoje batizadas de Campinho da Independência. ■



DESCENDENTE DE escravos, Pedro Geraldo, de 74 anos, aguarda pelo título da terra, onde nasceu e até hoje mora com os filhos e os netos



A FAZENDA Campos Novos, hoje abandonada, concentrava os negros que formaram um quilombo em Búzios

## Na Bahia, os primeiros beneficiados

Pernambuco reúne 19 áreas de quilombolas e Minas tem uma titulada

Leticia Lins, Waldomiro Júnior e Walter Huamany

• RECIFE, SALVADOR e BELO HORIZONTE. Isolados do mundo, sem água, energia elétrica e analfabetos, os 300 descendentes de escravos da antiga Fazenda Mangal, no município baiano de Sítio do Mato, no Vale Médio do São Francisco, foram os primeiros quilombolas a ter a propriedade de suas terras legalizadas. Eles receberam o título de posse em janeiro de 1999, 400 anos após seus antepassados serem trazidos para trabalhar na criação de gado, no final do século XVI.

A área demarcada é de 153 hectares, mas originalmente, o quilombo em que se transformou a antiga fazenda era 15 ve-

zes maior. Desde que os donos abandonaram a propriedade, há quase 200 anos, com o declínio da pecuária, a comunidade de Mangal enfrenta a ação de grileiros, que ficaram com a maior parte da terra.

## Proprietários doaram a terra à Nossa Senhora do Rosário

Quando abandonaram as terras, no século XVIII, os antigos proprietários registraram em cartório a doação das terras para Nossa Senhora do Rosário e deixaram os escravos tomando conta da propriedade, à espera de que a Igreja viesse tomar posse. Ninguém apareceu e os quilombolas permaneceram na área. Outras cinco comunidades remanescentes de escravos esperam, na Bahia, a titulação.

Abandonados à própria sorte, são 19 os quilombos em Pernambuco. Até o momento, dois foram beneficiados pela titulação, o de Conceição das Crioulas e o do Castaninho. Conceição das Crioulas fica no município de Salgueiro, encravado em uma área rural de difícil acesso. Seus quase quatro mil habitantes vivem da agricultura de subsistência. Não têm saneamento ou água encanada.

Em Minas, os 85 moradores de Porto Corís, com 119 hectares, em Leme do Prado, já são donos da terra. A maior ameaça à sobrevivência dos remanescentes já dura 20 anos: os homens buscam trabalho em outras localidades, como na região de produção de laranja e cana-de-açúcar, em São Paulo.

## Injustiça histórica é corrigida

• Para a presidente da Fundação Cultural Palmares, Dulce Maria Pereira, a concessão do título da terra para os descendentes de quilombolas vem corrigir uma injustiça histórica. Apesar de apenas 38 áreas reconhecidas até agora, já foram identificadas 724 áreas remanescentes no país, onde vivem dois milhões de brasileiros.

— A posse da terra para essas populações passou a ser garantida na Constituição de 1988, mas o texto não dizia de que forma isso se daria e quem teria a competência de conceder o título. No ano passado, o presidente Fernando Henrique assinou uma Medida Provisória determinando que a Fundação Palmares se encarregasse dessa função tão importante — orgulha-se Dulce.

Além de conceder os títulos, a fundação coordena projetos para o desenvolvimento sustentável dessas regiões pobres. O Projeto Quilombo vai receber do Banco Mundial US\$ 800 mil para aplicar nas comunidades. Entre as ações realizadas estão o desenvolvimento do turismo cultural-étnico e o artesanato, gerando fontes de renda.